

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SUPERVISÃO DO PONTO DE VISTA DOS CANDIDATOS

Cláudia Rosito*, Porto Alegre
Gustavo Soares*, Porto Alegre
Ida I. Gus*, Porto Alegre
Inúbia Duarte*, Porto Alegre
Raquel E. Machado*, Porto Alegre

O assunto supervisão já era do nosso interesse desde o ano anterior, 1994. Em 1995 priorizamos esse tema para o nosso simpósio anual. Entendíamos que era importante a participação dos supervisores, e a sugestão, vinda da direção da SPPA de unir os esforços e realizar um simpósio em conjunto, foi prontamente aceita. O grupo, formado em reunião de candidatos, passou a se reunir e planejar um questionário que seria respondido pelos colegas, com o objetivo de traçar uma visão da situação na qual nos encontrávamos com relação à supervisão, suas vicissitudes nos diferentes momentos e etapas do processo de formação.

Esse objetivo foi modificado e a comissão deixou de pensar no aspecto “administrativo” da realização do simpósio, ficando esse a cargo exclusivamente da SPPA, passando a se deter na elaboração do instrumento que permitisse mostrar a realidade do candidato na supervisão oficial. Com a nova sistemática adotada pela comissão organizadora do simpósio, ocorreu uma nova alteração no trabalho do grupo, quando foi solicitado que fosse elaborado um relatório a ser apresentado em um painel junto com dois psicanalistas didatas.

A comissão discutiu a viabilidade de realizar tal tarefa. Nós não nos sentíamos porta-vozes dos candidatos, para elaborar um relatório oficial representativo, mas, ao mesmo tempo, pensávamos ser importante que fosse levado ao simpósio algo que permitisse pensar sobre a supervisão desde o ponto de vista do candidato. Assim, o grupo de trabalho resolveu assumir essa responsabilidade, pensando que o relatório serviria para iniciar um debate e favorecer nosso crescimento no processo de formação e da própria SPPA, em sua evolução e, em especial, do nosso Instituto.

A partir desta introdução em que procuramos mostrar o caminho percorrido pelo grupo na elaboração deste relato, passamos a articular nossas idéias sobre o tema, tomando como referências teóricas alguns trabalhos de Horn, Arlow, Ekstein e Wallerstein, citados por Grinberg, Vollmer Fº, Eizirik e Romanowski, optando, porém, por relatar nossas experiências enquanto supervisionandos.

Entendemos supervisão baseados no conceito de Horn (1957, apud Grinberg, 1975) como um processo complexo que se dá entre um analista experiente e outro com menor experiência, cujo objetivo é o de capacitar esse último a ser o mais efetivo possível em sua tarefa de beneficiar o paciente. Nesse sentido, destacamos o conceito de “generatividade” de Erikson, segundo o qual uma geração transmite à outra seus conhecimentos e a forma de praticá-los.

Concordamos com a posição de Adow (1963, apud Grinberg, 1975) em que a supervisão é um processo de aprendizagem que se dá sobre o estudo conjunto do material que descreve a interação entre um paciente e seu terapeuta.

Mas, já de acordo com Ekstein e Wallerstein (1958, apud Grinberg, 1975), na supervisão se dá a inter-relação de quatro elementos (supervisor-candidato-paciente-direção do Instituto) ao que Grinberg acrescenta ainda a presença do analista didata, o que configura um sistema bem mais complexo do que aqueles diádicos ou triádicos.

Assim, numa situação ideal, a supervisão visaria o conhecimento científico e o acesso ao método psicanalítico; entretanto, considerando a complexidade dessas inter-relações, pensamos que nem sempre o processo acontece sem intercorrências. Nesse sentido, gostaríamos de enfatizar, neste relato, alguns aspectos das vicissitudes do processo de supervisão, do ponto de vista do supervisionando. Para isso, nos basearemos nas vivências deste grupo, bem como em situações observadas e trazidas por colegas, embora sem darmos ao material um tratamento científico estrito.

A psicanálise tem uma particularidade que talvez não compartilhe com outras disciplinas científicas, isto é, a formação. Essa não equivale ao ensino, e evidentemente não poderia reduzir-se a ele. A nossa formação constitui um conjunto que se dá em três dimensões, desde a análise didática, a aprendizagem teórica e o início dos trabalhos clínicos sob supervisão, possibilitando ao candidato desenvolver sua identidade profissional, bem como fornecendo-lhe preparo e treinamento do método psicanalítico.

é no trabalho clínico com o paciente que nos confrontamos com a nossa função, com nosso ofício. Nesse sentido, é na prática clínica que desenvolvemos e definimos nossa identidade. Sendo assim, é grande a expectativa com os casos de supervisão, principalmente tratando-se do primeiro paciente.

Ao escolher o supervisor, dentre os membros qualificados da instituição, o candidato é influenciado por vários fatores. Gostaríamos de levantar alguns aspectos subjacentes e envolvidos nessa escolha, de um ponto de vista reflexivo.

Pensamos que várias características intervenham no momento da escolha e, entre essas, destacamos a impressão causada no candidato pela capacidade pessoal e profissional do didata, sua linha teórica, o relacionamento pessoal. Entretanto, a par da busca do conhecimento, observamos necessidades inconscientes explícitas ou implícitas também presentes na escolha do supervisor. Desse modo, pensamos que o candidato é sensível à influência do supervisor na instituição, ao seu relacionamento com o analista do candidato, ao seu comportamento sedutor, entre outras.

As características pessoais do candidato determinam ativamente a escolha do supervisor, sendo incrementadas pela insegurança e necessidade de continência implicadas nesse momento.

A seguir, torna-se importante a seleção do paciente, elemento que vai permitir o desenrolar dessa relação. Dependendo da experiência clínica do candidato, essa indicação ficará mais a cargo do supervisionando ou do supervisor. A chegada do paciente é geralmente vivida com muita expectativa. O desejo de fechar o contrato e iniciar a análise é acompanhado de

tensões além das comuns em outros casos, já que é na prática clínica que o candidato experimenta o papel de analista buscado na formação, até então teórica. A preocupação de não se atrasar no percurso da formação, bem como não ficar para trás entre os colegas, torna esse momento ansiogênico.

Constatamos que, frente a essas peculiaridades, muitas vezes o candidato se vê mobilizado no trabalho com o paciente de supervisão, tendendo a facilitar aspectos do contrato e interferindo em sua atividade interpretativa. A pressa pode levar a avaliações superficiais e precipitações na decisão de iniciar a análise.

Com frequência, a facilitação na redução de honorários e adequação de horários já vai estabelecendo uma inversão no vínculo paciente-analista, no qual esse se coloca de forma dependente do outro e vivenciando como ameaça situações resistenciais inerentes à análise – “Não posso perder este paciente, tenho que completar as 100 horas” – Esse é um pensamento, presente na análise desses pacientes, sobre o qual vale a pena pensar em que medida interfere na apreensão e aplicação do método psicanalítico. Identificar essa situação é fundamental para a experiência de aprendizagem e o atendimento efetivo do paciente. A supervisão tem uma função importante no auxílio ao candidato frente a tais ansiedades, sem nos referirmos à análise pessoal.

Uma vez selecionado o paciente, e seguindo a linha de raciocínio presente na escolha do supervisor, supomos que, dependendo das variáveis sobre as quais se estrutura a escolha desse, poderão se estabelecer diferentes padrões de relação entre a dupla, de acordo com motivações conscientes e inconscientes do candidato e da resposta a essa de parte do supervisor.

Desse modo, nos questionamos sobre os propósitos envolvidos na relação supervisionando-supervisor. Pensamos que, de parte do candidato, algumas das diferentes aspirações podem estar presentes. Por um lado, a busca de conhecimento científico, o acesso ao método psicanalítico, a conclusão de uma etapa da formação e, por outro, a aprovação do supervisor, fantasias como as de uma relação com um analista didata onde se expressem outros aspectos que os ausentes na análise pessoal, desejo de obter influência na Instituição, desejo de agradar ao seu analista ou de se opor a esse, etc.

No entanto, tais aspirações de diferentes níveis por si só não determinam o caráter da relação que vai depender da correspondência ou não do supervisor. Assim, dos propósitos manifestos, bem como dos padrões inconscientes que se formam entre a dupla, resultam diferentes tipos de aliança para levar a cabo a tarefa de supervisão.

No desenrolar do processo de supervisão, a interação da dupla pode levar a acertos ou desacertos, e embora situações de conflitos raramente se tornem evidentes, ocorrem comentários a posteriori sobre desejos de “ter podido trocar de supervisor”, ou de que não o fizeram pelo prejuízo que acarretaria à formação, ou por tornar públicas situações difíceis.

Refletindo sobre a supervisão e tendo em conta que essa abarca vivências de dois períodos de aproximadamente dois anos e meio cada um, observamos diferenças marcantes entre as experiências dos candidatos durante a primeira e a segunda supervisão.

Certamente a primeira supervisão implica um montante maior de expectativas e angústias ligadas à verificação das capacidades-incapacidades do candidato frente à oportunidade de desenvolver um tratamento analítico assistido pelo supervisor. Também está em jogo a possibilidade de ser admitido e reconhecido na comunidade de sua instituição. Desse modo, observamos uma tendência dos candidatos a ter uma compreensão mais teórica, bem como maior dificuldade no manejo técnico desse caso. Como conseqüências dessas vicissitudes, observamos que os primeiros casos podem sofrer interrupções, redução do número de sessões ou abandono após o término da supervisão. O candidato pode se sentir induzido a assumir uma atitude de “cumprir o carnê” como forma de lidar com essa situação ansiogênica. Nesse sentido, a evolução da análise pessoal, a ampliação da prática clínica, a observação e discussão do que ocorre com outros colegas, a continência do supervisor, resultando no fortalecimento da identidade psicanalítica, são elementos que contribuem para a elaboração dessa etapa.

Na maioria dos casos, o transcurso da segunda supervisão não implica no mesmo grau de dificuldades.

Uma das possíveis vicissitudes do processo de supervisão é a interrupção do tratamento por parte do paciente antes do cumprimento dos requisitos institucionais, pois, apesar dessas situações fazerem parte da nossa prática clínica, tratando-se dos casos em supervisão, as conseqüências objetivas e subjetivas são maiores.

Para entendermos e tentarmos avaliar a importância e o significado, para o candidato, da interrupção da análise sob supervisão, precisamos considerar diversos aspectos implicados desde os custos com o pagamento do supervisor, dos muitas vezes baixos honorários pagos pelo paciente – caso de supervisão, passando pelo fator tempo, horas dispensadas no preparo da supervisão, outras dedicadas ao estudo do caso até a elaboração dos relatórios e da própria supervisão.

Além desses aspectos externos, relativos ao que se poderia chamar de parte objetiva, parecem-nos mais significativos os aspectos relacionados com o significado, com a avaliação do trabalho que está sendo desenvolvido e que foi interrompido. Na maioria das vezes, a interrupção é vista como fracasso do candidato e produto de erros técnicos, manejos inadequados, interpretações precipitadas, incompletas, fora do timing, etc..

Embora as situações de interrupção de análise sejam propícias à aprendizagem e ao crescimento do candidato, quando bem tratadas na análise pessoal do mesmo e trabalhadas na supervisão, elas terminam sendo, muitas vezes, situações que despertam sentimentos de menosvalia, de derrota e de revolta.

é inevitável a comparação com outros colegas candidatos, ficando exacerbada a competição e a inveja “dos que não perdem pacientes” e que acabam, dentro do tempo previsto, as exigências da supervisão.

Sendo uma vivência extremamente significativa, fica o candidato envolvido ansioso “para acertar com o próximo paciente”, o que, por sua vez, pode levar a novos erros de avaliação e seleção.

Pensamos ser fundamental, nessas situações de interrupção, a continência, os conhecimentos e a experiência do supervisor, aliados à capacidade do candidato de reconhecer suas qualidades, bem como as dificuldades da situação.

A solidez da aliança de trabalho já estabelecida entre o candidato e o seu supervisor, juntamente com a análise pessoal do candidato, favorecem que essa difícil situação passe a ser uma experiência que levará à aprendizagem, desde que os fatores que causaram a interrupção sejam compreendidos.

Caso contrário, a situação é propícia para desenvolver inseguranças, desconfianças que interferem no desenvolvimento da formação do candidato e no seu relacionamento com os seus pacientes, seus colegas, seus professores, supervisores, com a profissão e com a instituição de um modo geral.

Desde que a situação de interrupção seja adequadamente elaborada, o que envolve a superação do luto que ela significa, pensamos que a função psicanalítica se desenvolve e se fortalece em todos os envolvidos no processo.

Concluindo, queremos salientar o papel de modelo de identificação do supervisor, uma vez que a experiência emocional vivida pelo candidato junto com o supervisor, de compreender a transferência, o obstáculo ou o acréscimo que a contratransferência possa representar, bem como a discussão diagnóstica em termos genético-dinâmicos, o entendimento e manejo de atuações e impasses representam vivências mercantes para o candidato.

A partir da internalização de diferentes modos de funcionamento como analista em formação, cada um vai elaborar sua síntese pessoal, lastreada nas identificações e posteriores desidentificações com seus modelos, para adquirir um estilo próprio e alcançar a autonomia inerente ao estabelecimento de uma identidade psicanalítica.

Referências

BLOMFIELD, O.H.D. La supervisión psicoanalítica; una visión general. Libro Anual de Psicoanálisis, 1985. Londres/Lima, British Psychoanalytical Society, 1985.

EIZIRIK, C.L. Compreensão e manejo da transferência e da contratransferência. In: MABILDE, L.C., org. Supervisão em psiquiatria e em psicoterapia analítica; teoria e técnica. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991, pp.63-72.

GRINBERG, L. A supervisão psicanalítica; teoria e prática. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

ROCHA, F. J. B. Sobre a transferência na supervisão dita "oficial". Trabalho apresentado em Mesa Redonda organizada pelo Conselho Científico SBPRJ. Rio de Janeiro, 27.4.95. [manuscrito]

ROMANOWSKI, R. Considerações sobre psicanálise e formação analítica. Trabalho apresentado no Ciclo de Extensão Universitária promovido pela SPPA, CELG e UFRGS. Porto Alegre, maio, 1993. [manuscrito]

VOLLMER Filho, G. Linhas técnicas e Ideologia de formação. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Psicanálise. Recife, outubro, 1995. [manuscrito]

Cláudia Rosito

Alameda Alceu Wamosy, 111

91340-300 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA

* Candidatos do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – SPPA.

| [Voltar ao Topo](#) |

| [Voltar ao Sumário](#) |